



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 1/14

===== ACTA N.º 5/2016 =====

----- **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE JUNHO DO ANO DE 2016:** -----

----- Aos 24 dias do mês de Junho do ano de 2016, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do concelho, desta Vila de Golegã, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1. APRECIACÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;**-----

----- **2. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS – Proposta de Adesão - Aprovação;** -----

----- **3. CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DA GOLEGÃ DE DESPORTOS EQUESTRES – Hippos Golegã – Aditamento ao Acordo de Parceria Proposto pela Federação Equestre Portuguesa - Apreciação;** -----

----- Estiveram presentes todos os membros da Assembleia Municipal, à exceção dos membros Senhores André da Silva Gabriel, Rui José Canhoto Rodrigues, Francisco Manuel da Silva Rufino, Manuel Jorge Diez dos Santos, Pedro José Rodrigues Ramalheira de Azevedo, António Carlos da Costa Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã e Luís Filipe Santana Júlio, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho. -----

----- De harmonia com o estipulado nos artigos 78º e 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugados com o artigo 18º, do Regimento da Assembleia Municipal, os membros Senhores André da Silva Gabriel, Rui José Canhoto Rodrigues, Francisco Manuel da Silva Rufino, Manuel Jorge Diez dos Santos e Pedro José Rodrigues Ramalheira de Azevedo, requereram a sua substituição, por ausência inferior a 30 dias, sendo os mesmos substituídos, na presente Sessão, pelos Senhores D. Dulce Marisa Barreiros Martinho, Carlos Jorge Azevedo Gonçalves, D. Catarina Isabel Nuncio Guia Rosa Corte, Carlos Alberto de Jesus Gonçalves Paula Simões e João Henrique de Jesus Mota Martins Mendes, respetivamente. -----

----- O membro Senhor António Carlos da Costa Camilo, Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, antecipadamente, informou que se faria representar, na Sessão Ordinária de hoje, pelo seu substituto legal, Senhor Mário Augusto Lopes Moço. O membro Senhor Luís Filipe Santana

Júlio, Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, também informou antecipadamente que, por se encontrar ausente de Portugal Continental e do seu substituto legal se encontrar a recuperar da doença a que fora acometido, a Junta de Freguesia do Pombalinho não estará representada nesta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal pelo que solicitou a justificação da sua falta. -----

----- Igualmente esteve presente o Senhor Engº. Rui Manuel Lince Singeis Medinas Duarte, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, bem como o Senhor Engº. Carlos Manuel Matos Asseiceiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal e ainda os Vereadores Senhores, Drª. Ana Isabel Madeira Mota Sampaio Caixinha Duque e Engº. José António Godinho Lopes. -----

----- Quando eram 21 horas e 15 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, declarou então aberta a Sessão. -----

----- De seguida o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal pediu a palavra para tecer diversas considerações, relativamente a uma candidatura submetida no âmbito do Plano de Ação para a Regeneração Urbana de Requalificação das Margens da Lagoa de Alverca bem como, colocar à consideração da Assembleia Municipal, a possibilidade de integrar esta matéria como mais um ponto na Ordem de Trabalhos. -----

----- Usou então da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para referir que, a algo de interesse público e urgente, tem a certeza que a Assembleia Municipal se manifestará a favor. No entanto, esclareceu que a Assembleia iria prosseguir normalmente e que no fim colocará, então, este assunto à consideração da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou a dispensa da leitura da Acta da Sessão Ordinária realizada no dia 29 de Abril de 2016 uma vez que, antecipadamente, a mesma, foi distribuída a todos os seus membros. -----

----- Colocada à votação, a Acta da Sessão Ordinária realizada no dia 29 de Abril de 2016, foi aprovada, por **unanimidade**, de harmonia com o nº 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, sem a participação dos membros Senhores José Tavares Veiga Silva Maltez, Victor Manuel Borges da Costa, D. Ana Rita Estevão Jejum e João Henrique de Jesus Mota Martins Mendes, por não terem estado presentes na Sessão a que a Acta se refere. -----



----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura da Acta da Sessão Extraordinária realizada no dia 24 de Maio de 2016 uma vez que, antecipadamente, a mesma, foi distribuída a todos os seus membros. -----

----- Colocada à votação, a Acta da Sessão Extraordinária realizada no dia 24 de Maio de 2016, foi aprovada, por **unanimidade**, de harmonia com o nº 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo, publicado através do Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, sem a participação dos membros Senhores Carlos Jorge Azevedo Gonçalves, Carlos Alberto de Jesus Gonçalves Paula Simões, João Henrique de Jesus Mota Martins Simões e Mário Augusto Lopes Moço, por não terem estado presentes na Sessão a que a Acta se refere. -----

----- Entrou-se então, no Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntado se havia algum membro da Assembleia que quisesse apresentar Propostas, Moções, Votos de Louvor, de Pesar, etc. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os membros Senhores André da Silva Gabriel, Rui José Canhoto Rodrigues, Francisco Manuel da Silva Rufino, Manuel Jorge Diez dos Santos e Pedro José Rodrigues Ramalheira de Azevedo, requereram a sua substituição, por ausência inferior a 30 dias sendo, os mesmos substituídos na presente Sessão, pelos Senhores D. Dulce Marisa Barreiros Martinho, Carlos Jorge Azevedo Gonçalves, D. Catarina Isabel Nuncio Guia Rosa Corte, Carlos Alberto de Jesus Gonçalves Paula Simões e João Henrique de Jesus Mota Martins Mendes, respetivamente. -----

----- Informou ainda que o Presidente da Junta de Freguesia da Golegã, Senhor António Carlos da Costa Camilo, informou que se faria representar, na Sessão Ordinária de hoje, pelo seu substituto legal, Senhor Mário Augusto Lopes Moço e que o Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, Senhor Luís Filipe Santana Júlio, também informou que, por se encontrar ausente de Portugal Continental e do seu substituto legal se encontrar a recuperar da doença a que fora acometido, não estaria nenhum representante da Junta de Freguesia do Pombalinho nesta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

----- Deu conhecimento de toda a correspondência recebida, informando que, a mesma, se encontra à disposição dos membros que a quiserem consultar e por último informou, igualmente, que as faltas registadas na Sessão Ordinária, realizada no dia 29 de Abril e Extraordinária, realizada no dia 24 de Maio de 2016, foram devidamente justificadas. -----



----- De seguida, o membro Senhor Carlos Simões, pediu a palavra para, relativamente a referências ao estado de limpeza da via pública, à acumulação de resíduos em locais impróprios e à acumulação de resíduos de construção e demolição, perguntar se o número verde da Câmara Municipal da Golegã está em pleno funcionamento para assegurar aquilo que é suposto assegurar no que diz respeito à recolha de “monos”, resíduos verdes, etc.. -----

----- Ainda no uso da palavra perguntou o que é que se passa em relação a uma obrigatoriedade legal que a Câmara Municipal da Golegã deve assegurar que é a de recolha dos resíduos de construção e de demolição. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----

----- Relativamente à primeira questão informou que, desde Outubro de 2013, a limpeza da via pública está delegada, no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências, nas Juntas de Freguesia pelo que, essa responsabilidade é das Juntas de Freguesia. No entanto, têm havido algumas situações que têm conhecimento e que por vezes provocam constrangimentos, nomeadamente, ao nível da utilização da varredora que, efetivamente, tem um mapa destinado às Freguesias mas que por vezes não é possível cumprir esse planeamento. -----

----- Quanto à acumulação de resíduos esclareceu que está tudo a funcionar mas, aquilo que lhe parece, é que existe um grande deficit de cidadania por parte de algumas pessoas que indevidamente, com os meios que têm ao seu alcance, não conseguem fazer com que se evite essas deposições. -----

----- Quanto à questão do número verde esclareceu que, efetivamente, desde há um mês a esta parte tem havido, por parte dos serviços, dificuldade em fazer esses serviços. -----

----- Seguidamente, o membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, pediu a palavra para dizer que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deixou aqui no ar a ideia de que se a limpeza não existe a responsabilidade é das Juntas de Freguesia, no entanto, quanto à Freguesia da Azinhaga referiu que no protocolo de delegação de competências, está previsto que a varredora mecânica passe pelas ruas da Freguesia uma vez por mês sendo que, no ano de 2015, a mesma, foi lá 2 ou 3 meses e que este ano, apenas no mês passado, foi lá um dia varrer o lugar de Mato de Miranda e Casal Centeio não passando sequer pelo aglomerado da freguesia da Azinhaga. -----

----- Este mês, de facto, foi lá há cerca de oito dias tendo passado por meia dúzia de ruas da Freguesia da Azinhaga. -----

----- Referiu ainda que o fornecimento do pessoal é também da responsabilidade da Câmara Municipal e que, neste momento, das 8 pessoas acordadas apenas estão lá colocadas 4 e que, mesmo assim, com todas estas dificuldades a Junta de Freguesia tem tido alguma capacidade de resposta embora não seja aquela que gostariam de ter tendo, inclusive, tido a oportunidade de telefonar ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para lhe dizer que a Azinhaga está suja e não é assim que estão habituados a vê-la. -----

----- De novo no uso da palavra o Exmo Senhor Presidente esclareceu que o protocolo assinado não refere 8 pessoas mas sim 6 para a limpeza e para a higiene urbana, referindo ainda que foi o primeiro a admitir todas estas dificuldades. -----

----- Esclareceu igualmente que não quis dizer que a responsabilidade era da Junta de Freguesia na sua acessão da palavra de a assumir inteiramente uma vez que sabe perfeitamente que a Câmara Municipal também tem responsabilidades nessa matéria. -----

----- Após o membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, bem como o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal terem tecido mais algumas considerações relativamente a estas matérias, o membro Senhor Carlos simões pediu a palavra para dizer que não basta dizer que o serviço não está a funcionar há várias semanas porque a informação que tem, de um munícipe, é que ligou para esse número e que depois lhe foi dito, por um responsável da Câmara Municipal, que o número estava desativado porque o camião da recolha se encontrava avariado. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que não basta falar na Tabela de Taxas para essa ser a única forma de gerir a questão dos resíduos da construção e da demolição mas sim terá que haver uma posição muito firme, da parte da Câmara Municipal, para que a Lei e aquilo que o Regulamento Municipal de Limpeza Pública determinam sejam cumpridos. -----

----- De novo no uso da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que para se aplicar o Regulamento tem que se conseguir identificados os prevaricadores e isso é muito difícil daí a Câmara Municipal ter criado instrumentos e mecanismos para que as pessoas, numa atitude cívica, possam recorrer a serviços e que esses serviços evitem esses maus comportamentos. -----

----- A membro Senhora D. Isabel Ponciano pediu a palavra para colocar diversas questões. -----



----- A primeira para perguntar a razão de estarem detritos a queimar lentamente, durante uma semana, nas instalações da antiga lixeira. -----

----- Perguntou igualmente se existe Veterinário Municipal. -----

----- Ainda no uso da palavra perguntou se é do conhecimento da Câmara Municipal que, aparentemente, entre o Largo da Machada e a Rua da Amendoeira está um esgoto a correr pela borda do passeio. -----

----- Terminou a sua intervenção perguntando a razão pelo qual a obra do telhado do bar do Azinhaga Atlético Clube ainda não está pronta quando era suposto, a mesma, estar concluída antes do final do terceiro trimestre. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----

----- Relativamente aos detritos a queimar na antiga lixeira informou que aquilo que tem conhecimento e que tem desenvolvido com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Golegã são queimas controladas que, nesse contexto, se inserem em exercícios da própria Associação conseguindo-se assim, com essas práticas, eliminar alguns resíduos. -----

----- Esclareceu ainda que, fora disto, não tem conhecimento de mais nada mas que irá indagar se, de facto, existe algo que não tenha passado pelo Executivo Municipal. -----

----- Relativamente à segunda questão esclareceu que neste momento existe uma avença com uma empresa que presta serviço com dois Veterinários. -----

----- Relativamente à questão do Largo da Machada referiu que essa deve ser uma situação de hoje e que ainda não teve qualquer informação da Divisão Municipal de Obras, Urbanismo e Ambiente pelo que irá indagar aquilo que se está a passar. -----

----- Quanto à questão do Bar do Azinhaga Atlético Clube, depois de devidamente autorizado, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para informar que muito recentemente teve uma reunião com os responsáveis pela Direção do Azinhaga Atlético Clube onde lhes explicou a dificuldade que é fazer uma operação daquela natureza porque apesar de parecer relativamente simples retirar as chapas que lá existem e serem substituídas por uma outra cobertura aquela operação carece de uma atenção especial, é que estas coberturas não podem ser removidas por qualquer pessoa e em Portugal, infelizmente, não existem muitas empresas que tenham autorização para manusear este tipo de material. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 7/14

----- Esclareceu ainda que aquilo que está a ser feito é um levantamento das necessidades que o edifício tem e com base nisso pedir ao mercado que responda a essa necessidade. Neste momento aguardam-se respostas para depois, internamente, se poderem desenvolver os procedimentos administrativos necessários para levar a efeito a empreitada. -----

----- O membro Senhor Carlos Simões pediu a palavra para chamar à atenção para o passeio pedonal recentemente inaugurado e que tem a ver com o acesso dos quintais de algumas casas junto à zona terminal que é feito passando por cima daquele piso lá colocado referindo que um dia destes irá estar degradado e acaba por se estragar. -----

----- Chamou, igualmente, à atenção para as escadas que de facto permitem fazer outra utilização do rio mas que constituem algum perigo uma vez que precisam de corrimões. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, neste período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **1. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;** -----

----- Foi presente o documento elaborado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal que consta de um relatório das atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal no período compreendido entre a última e a presente Sessão, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 1. -----

----- Pediu a palavra o membro Senhor Victor Borges da Costa para relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos tecer diversas críticas relativamente a algumas atividades que lhe parecem não ser de todo relevantes para o Concelho e muito menos terem a importância que lhes é dada. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para referir que os assuntos têm a importância que se lhe quer dar porque, no fundo, aquilo que acha que é importante é estarem presentes sempre que possam estar presentes e que genuinamente queiram estar presentes. -----

----- Ainda em relação a esta matéria os Vereadores Senhores Dr^a Ana Isabel Caixinha e Eng^o José Godinho Lopes, depois de devidamente autorizados, usaram da palavra para se pronunciarem sobre a sua participação nas atividades desenvolvidas no Concelho e para as quais são ou não convidados. -----

----- Após o membro Senhor Victor Borges da Costa bem como o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal terem tecido mais alguns considerandos relativamente a este assunto, usou



da palavra o membro Senhor Carlos Santos para dizer relativamente à situação financeira da Câmara Municipal que verifica que a dívida a fornecedores de conta corrente tem vindo a crescer novamente, sendo certo que a dívida a fornecedores de imobilizado diminuiu concluindo, assim, que a receita não acompanha a despesa uma vez que a execução da despesa vai já em cerca de 41% enquanto que a receita se cifra ainda em cerca de 34%. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se de imediato ao Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte: -----

----- **2. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSEMBLEIAS – Proposta de Adesão - Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia do e-mail enviado pelo Senhor José Mário Leite, Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 2. -----

----- Usou então da palavra o membro Senhor Carlos Simões para tecer diversas considerações relativamente ao assunto em apreço referindo que após análise aprofundada a esta proposta concluíram que reina uma certa confusão nos Estatutos desta Associação enumerando, para o efeito, diversas contradições existentes nos mesmos. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que a opinião do seu Grupo Parlamentar Municipal sobre esta proposta de adesão é a de que esta Assembleia não é competente para aprovar o que está a ser proposto porque se trata de uma Associação sobre a qual a Assembleia Municipal não tem que se pronunciar. Face a essa situação propôs que este Ponto seja retirado da Ordem de Trabalhos. -----

----- De seguida usou da palavra o membro Senhor Carlos Santos para informar que partilha da opinião do membro Senhor Carlos Simões porque efetivamente este assunto não diz respeito à Assembleia Municipal solicitando, igualmente, a sua retirada da Ordem de Trabalhos. -----

----- Usou então da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para elucidar a Assembleia das razões que levaram ao agendamento deste Ponto na Ordem de Trabalhos. Ainda no uso da palavra referiu que comunga totalmente com as opiniões manifestadas pelos membros Senhores Carlos Simões e Carlos Santos, submetendo, de seguida, à apreciação da Assembleia a proposta da retirada deste Ponto da Ordem de Trabalhos -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 9/14

----- Colocada à votação foi deliberado, **por unanimidade**, retirar o Ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

----- De seguida passou-se ao Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos que constava do seguinte:

----- **3. CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DA GOLEGÃ DE DESPORTOS EQUESTRES – Hippos Golegã – Aditamento ao Acordo de Parceria Proposto pela Federação Equestre Portuguesa - *Apreciação***; -----

----- Foi presente cópia da minuta da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal, realizada no dia 16 de Junho de 2016, que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 3. -----

----- Igualmente foi presente o citado acordo de parceria que se dá por integralmente reproduzida no documento nº 4. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para, detalhadamente, fazer a defesa da apresentação do documento em apreço. -----

----- Após esta intervenção o membro Senhor Carlos Simões pediu a palavra para, relativamente a este documento, tecer diversas considerações apresentando, para o efeito, algumas propostas de alteração, nomeadamente, em relação ao nº 3, da cláusula 2ª; cláusula 8ª; nº 2 da cláusula 9ª; nº 5 da cláusula 10ª e cláusula 12ª, conforme se dão por integralmente reproduzidas no documento nº 5. -----

----- De seguida usou da palavra o membro Senhor Carlos Santos para também se pronunciar sobre o documento em apreço. -----

----- Referiu que independentemente do clausulado deste aditamento, este documento, irá com certeza ser negociado com a FEP e de acordo com a documentação aqui presente nenhuma das partes, ou seja, nem o IPDJ nem a FEP, têm conhecimento deste aditamento ao contrato. -----

----- Referiu ainda que, certamente o Senhor Presidente do Executivo irá envidar esforços no sentido de que a Câmara Municipal não saia prejudicada nesta matéria, porque aquilo que o preocupa é que, efetivamente, a Câmara Municipal não esteja na posse de um parecer emitido pela Tutela que lhe conferira inequivocamente a certeza de que pode fazer este tipo de contrato não pondo, assim, em causa o investimento que lá está feito nem sequer a candidatura do CREN que foi feita. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal para prestar os devidos esclarecimentos, referindo que esta última questão foi também uma preocupação do



Executivo Municipal e que a mesma está descrita na minuta da Ata da Reunião Extraordinária do Executivo Municipal realizada no dia 16 de Julho de 2016 que se encontra na posse de todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Referiu ainda que entende que em primeiro lugar deve haver um acordo final entre a Federação Equestre Portuguesa e a Câmara Municipal para então, a partir daí, esse documento final ser submetido a essas entidades para que se possam pronunciar. -----

----- Quanto à intervenção do membro Senhor Carlos Simões, o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal tece diversas considerações prestando os devidos esclarecimentos, nomeadamente, em relação às alterações sugeridas para as cláusulas entretanto invocadas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou de seguida da palavra para, relativamente aquilo que se tem estado aqui a discutir, tecer diversas críticas a este processo, no entanto e para que fique bem claro, esclareceu que tanto a Assembleia Municipal como a Câmara Municipal da Golegã, com certeza, que têm todo o gosto que a Federação Equestre Portuguesa venha para cá. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal, de novo no uso da palavra, contra argumentou as opiniões manifestadas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal manifestando a sua visão relativamente a esta matéria. -----

----- O membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, pediu a palavra para dar as boas vindas à Federação Equestre Portuguesa porque efetivamente é uma mais valia para o funcionamento do Centro de Alto Rendimento. -----

----- Ainda no uso da palavra perguntou se o Hippos está a ser alimentado por água da rede ou por captação própria, tendo para o efeito, o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal respondido que, segundo tem conhecimento, por água da rede. -----

----- De novo no uso da palavra o membro Senhor Victor Guia referiu que essa é uma situação que o preocupa uma vez que se estão a gastar recursos que um dia mais tarde poderão vir a fazer falta quando, naquela zona, e se calhar com um custo não muito elevado se poderia fazer um furo de captação que serviria perfeitamente para alimentar aquela parte. -----

----- Terminou a sua intervenção referindo que seria bom ouvir a posição tomada, em Reunião de Câmara, pelos Senhores Vereadores da Oposição relativamente a esta questão do aditamento a este acordo de parceria. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 11/14

----- Depois de devidamente autorizados os Senhores Vereadores da oposição, Dr^a Ana Isabel Caixinha e Eng^o José Godinho Lopes manifestaram, objetivamente, a posição que cada um deles tomou na Reunião de Câmara onde este assunto foi debatido e aprovado. -----

----- Após estas intervenções a membro Senhora D. Isabel Ponciano pediu a palavra para voltar ainda à questão do consumo de água. Perguntou se é seguro que não existem dois furos de captação de água no Hippos, um para rega e outro para o picadeiro, uma vez que está crente que existem dois furos nas instalações do Hippos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou então da palavra para dizer que efetivamente existem dois furos. -----

----- O membro Senhor João Pedruco usou de seguida da palavra para dizer que se for implementada esta medida do fornecimento de água, de forma gratuita, à Federação Equestre Portuguesa, entende que a Câmara Municipal deve fazer o mesmo para com o Agrupamento de Escolas e as respetivas Instituições de Saúde. -----

----- O membro Senhor Victor Borges da Costa perguntou quem é que paga a água da rega do campo de futebol, tendo-lhe sido respondido que é a Câmara Municipal. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir sobre esta matéria e esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente do Executivo Municipal para ele expor novamente a necessidade da introdução de mais um Ponto a esta Ordem de Trabalhos. -----

----- Usou então da palavra o Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal para corroborar e reforçar aquilo que havia dito no início desta Sessão Ordinária, ou seja, colocou à consideração da Assembleia se, em primeiro lugar, delibera integrar o Ponto na Ordem de Trabalhos e depois, se assim for, deliberar relativamente à emissão de declaração de interesse público para a obra em causa que, conforme também foi referido anteriormente, se trata de um processo de candidatura que irá ser analisado na próxima segunda-feira em Reunião de Câmara e que terá que ser submetido até ao dia 30 de Junho. -----

----- Após esta intervenção o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para solicitar a intervenção da Senhora Vereadora Dr^a Ana Isabel Caixinha, uma vez que tem formação jurídica, no sentido de, esta, informar a Assembleia se existe algum impedimento na integração de mais um Ponto a esta Ordem de Trabalhos. -----



----- O membro Senhor Victor Guia, Presidente da Junta de Freguesia da Azinhaga, usou de seguida da palavra para dizer que a Assembleia nesta matéria é soberana e se decidir que o Ponto entra na Ordem de Trabalhos, pode ser. No entanto, a questão que aqui se coloca é que a Assembleia não pode votar um Ponto que tem que ser emanado da Câmara Municipal e que a Câmara Municipal só segunda-feira é que o vai discutir. -----

----- Seguidamente o Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou da palavra para responder ao membro Senhor Victor Guia referindo que existem duas situações distintas. A intervenção da Câmara Municipal, na próxima segunda-feira, será para aprovar o projeto, o projeto de execução e especialidades, bem como o júri do procedimento etc. A outra e segundo informação que foi transmitida hoje, da parte da tarde, é aqui que a Assembleia Municipal intervém para que se junte ao processo uma declaração de interesse público do projeto e essa declaração tem que ser aprovada pela Assembleia Municipal. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos pediu a palavra para dizer que, de acordo com o Regimento, não haverá qualquer inconveniente em agendar mais este Ponto à Ordem de Trabalhos, no entanto, propôs que após a introdução desse mesmo Ponto que os trabalhos fossem interrompidos para que todos os membros da Assembleia possam ler a documentação que lhes vai ser entregue. Se após essa leitura se concluir que a citada documentação é de tal forma complexa que não seja possível fazer a respetiva votação hoje então voltariam atrás. -----

----- Seguidamente e depois de devidamente autorizada a Vereadora Senhora Dr^a Ana Isabel Caixinha informou que nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia pode deliberar introduzir um novo Ponto na Ordem de Trabalhos sem cometer qualquer irregularidade.

----- Após este esclarecimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação, da Assembleia Municipal, a introdução de mais um Ponto à Ordem de Trabalhos. ----

----- Foi aprovado, **por unanimidade**, introduzir o 4º Ponto na Ordem de Trabalhos passando o mesmo a ter a seguinte designação: -----

----- **4 – REABILITAÇÃO DAS MARGENS DA LAGOA DE ALVERCA – Emissão de Declaração de Interesse Municipal, ao Abrigo do Disposto no nº 3, do artigo 12º, da Portaria nº 162/2001, de 18 de Abril – Aprovação;** -----

----- Foi presente cópia da memória descritiva e justificativa – projeto de execução – Parque Urbano Equuspolis Circuito de Manutenção, Requalificação das margens e atravessamento da Lagoa de Alverca, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 6. -----



MUNICÍPIO DA GOLEGÃ ASSEMBLEIA MUNICIPAL



FLS 13/14

----- Igualmente foi presente cópia da Portaria nº 162/2011, de 18 de Abril, conforme se dá por integralmente reproduzido no documento nº 7. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os trabalhos fossem então interrompidos por um período de 15 minutos. -----

----- Esta proposta foi aprovada, **por unanimidade**. -----

----- Decorrido este período de tempo e retomados os trabalhos, a membro Senhora D. Isabel Ponciano pediu a palavra para referir que não tem noção de estar, no Equuspolis, um serviço de cafetaria conforme vem descrito nº 2 da memória descritiva. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal esclareceu que isso tem a ver com o projeto atual que se pretende concretizar. -----

----- O membro Senhor Carlos Santos pediu a palavra para se reportar ao nº 3, do artigo 12º da Portaria nº 162/2011, de 18 de Abril, referindo que lá se diz que "... seja apresentada declaração emitida pelo serviço ou entidade da Administração Pública competente em razão da matéria...", não dizendo que tem que ser a Assembleia. Por outro lado, efetivamente, de acordo com a Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a mesma, refere que a assembleia tem competência para deliberar sob proposta da Câmara e como não existe ainda proposta da Câmara Municipal não sabe se juridicamente poderá ou não haver deliberação sobre esta matéria. -----

----- O Exmo Senhor Presidente do Executivo Municipal usou então da palavra para esclarecer que quando foi confrontado com a necessidade de ter a emissão desta declaração, por parte da Assembleia Municipal, ele próprio perguntou ao Senhor Engº Sousa e Silva no que é que ele se baseava para dizer isso tendo ele respondido que tinha sido uma orientação da tutela que foi enviada para se proceder dessa forma. -----

----- Relativamente à questão de não haver proposta da Câmara Municipal respondeu que, embora não sendo jurista, respondeu que não lhe parece que isso cause qualquer inconveniente. Referiu ainda que aquilo que acha que é importante é trazer aqui para apreciação da Assembleia a planta do projeto que se pretende concretizar com uma memória descritiva. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou de seguida da palavra para perguntar ao Senhor Presidente do Executivo Municipal se ele sabia como é que se estava a proceder nos outros municípios, tendo para o efeito, o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal respondido que não estarão diferentes de nós porque as orientações superiores que todos receberam foram neste sentido. -----

----- Após esta intervenção e por se estar a atingir a meia-noite, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs que se prosseguisse com a Sessão por forma a permitir a conclusão da sua Ordem de Trabalhos. -----

----- Colocada à votação, esta proposta, foi aprovada, **por unanimidade**. -----

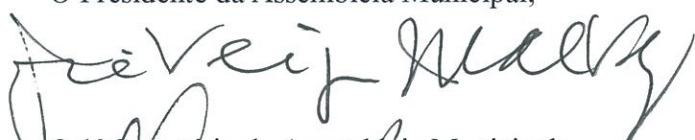
----- Intervieram os membros Senhores Carlos Simões, Victor Guia, Victor Borges da Costa, bem como os Senhores Presidentes da Assembleia Municipal e Executivo Municipal e ainda a Vereadora Senhora Dr^a Ana Isabel Caixinha. -----

----- Após estas intervenções sendo que o Executivo Municipal não apresentou qualquer proposta sobre o assunto em apreço e tendo persistido dúvidas acerca da legalidade da sua votação, foi proposto interromper os trabalhos prosseguindo, os mesmos, na próxima segunda-feira, dia 27, pelas 21.30 horas, já na posse da documentação necessária uma vez que o Executivo Municipal, nesse mesmo dia irá reunir e deliberar sobre esta matéria. -----

----- Colocada à votação foi então deliberado, **por unanimidade**, interromper os trabalhos prosseguindo, os mesmos, no próximo dia 27 de Junho de 2016, pelas 21,30 horas. -----

----- Não havendo mais ninguém a querer intervir, quando eram 0 horas e 30 minutos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a reunião que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada irá ser assinada com as devidas alterações e ou adendas que se julgarem convenientes. -----

O Presidente da Assembleia Municipal;



O 1º Secretário da Assembleia Municipal;

